



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ALÉM PARAÍBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E GERENCIAIS ALVES FORTES

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ALÉM PARAÍBA

2012

SUMÁRIO

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S).....	3
CURSOS DE GRADUAÇÃO Campus Zamboni	3
1 - APRESENTAÇÃO	4
2 – OBJETIVOS:.....	5
OBJETIVO GERAL:.....	5
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	5
3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	6
4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	7
4.1 AÇÕES PRELIMINARES	7
5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.....	8
6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	9
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	9
COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA.....	9
CORPO DOCENTE	9
CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	10
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	10
PROJETO PEDAGÓGICO:	10
PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-	11
GRADUAÇÃO E EXTENSÕES.....	11
APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO	11
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	11
ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	11
CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DOCENTE:.....	11
7 - FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA.....	13

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S)

Fabício Amarante Rosa

Telefone: (32) 3462 2149

Cargo: Técnico Administrativo

Sebastião Almeida Machado

Telefone: (32) 3462-2149

Representante corpo docente

João de Deus Ribeiro

Telefone: (32) 3462-2605

Presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba

João Augusto Ferreira da Silva Júnior

Discente (Representante do corpo discente)

RELATÓRIO DA CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PERÍODO DE MANDATO DA CPA: Dois anos a partir de 04 de julho de 2011 **ATA**

DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Portaria n. 001/2011, de 03 de julho de 2011.

CURSOS DE GRADUAÇÃO *Campus Zamboni*

Administração

Direito

Engenharia Civil com Ênfase em Meio Ambiente

1 - APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba, sediada na Avenida Augusto Perácio, s/n, BR 116, KM 820, São Luiz, nesta cidade, instituída por Resolução nº 01 de 18 de março de 2009, por seus membros, encerra o segundo terceiro ciclo avaliativo, correspondente ao ano de 2012.

A CPA foi instalada em cumprimento a Lei 10861 de 10 de abril de 2004 (SINAES) visando promover a auto avaliação institucional com a participação democrática de todos os segmentos estabelecidos na norma vigente. Composta por um representante do corpo docente, um do corpo discente; um técnico-administrativo e um da sociedade civil organizada, tem como missão promover a auto avaliação institucional a fim de subsidiar o processo de aperfeiçoamento desta instituição de ensino superior.

Trata-se o presente documento do relatório da avaliação interna da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, levada a efeito em 2012, abrangente e detalhado contendo a sistematização de informações de análises, críticas e sugestões importantes para a regulação e a formação de políticas educacionais em consonância com as concepções, princípios e as dimensões do SINAES, oportunidade em que sintetiza-se as etapas de desenvolvimento da autoavaliação, com o escopo de promover a melhoria da qualidade da educação, a eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Neste diapasão, consolidou-se os resultados obtidos por meio de processo críticoreflexivo que serão integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos da gestão da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes.

A Comissão Própria de Avaliação

2 – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Atender a norma vigente que institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura da avaliação e o autoconhecimento, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Realizar auto avaliação institucional visando;

– Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.

– Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos.

– Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos assumidos.

– Estudar, e espelhar as práticas administrativas, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.

– Responder as demandas relativas às dependências físicas da Instituição.

– Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo informações colhidas na Secretaria da FACE ALFOR, neste primeiro semestre, estão em pleno funcionamento três cursos de graduação: Administração, Engenharia Civil com ênfase em Meio Ambiente e Direito, com 615 (seiscentos e quinze) estudantes, 48 (quarenta e oito) professores, 6 (seis) servidores técnico-administrativos e 03 (Três) serviços gerais.

Assim, como a avaliação anterior, considerou-se essa população, propondo uma metodologia que permitisse a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados. Sendo analisadas as 10 (dez) dimensões orientadoras inseridas na Lei 10.861/2004:

A missão e o plano de desenvolvimento institucional

A Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão

A responsabilidade social da instituição

A comunicação com a sociedade

As políticas de pessoal

Organização e gestão da instituição

Infraestrutura física

Planejamento e avaliação

Políticas de atendimento aos estudantes e egressos

Sustentabilidade financeira

A comissão elaborou questionário voltado ao corpo discente com o objetivo de evidenciar as falhas institucionais, e acompanhar a evolução das ações institucionais, visando contribuir para a construção do perfil institucional.

4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes , o processo da autoavaliação institucional envolveu a realização de um conjunto de ações, com a participação dos diferentes sujeitos/segmentos que integram a comunidade universitária. Nas ações desenvolvidas, a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora, executora e, sobretudo, como construtora deste documento final.

4.1 AÇÕES PRELIMINARES

Constituída a Comissão Própria de Avaliação, nos termos da Lei 10.816/2004, com um representante do corpo docente; um do corpo discente; um do corpo técnicoadministrativo e um representante da sociedade civil. Foram realizadas reuniões em que o projeto de autoavaliação institucional foi ratificado e implementada ações para o quarto ciclo avaliativo

4.1.1 – Instrumentos para a auto avaliação

De acordo com as dez dimensões do SINAES e deliberação da CPA, foi elaborado um questionário para a avaliação institucional dirigido aos discentes, visando catalisar críticas e sugestões por parte de toda a comunidade acadêmica, a fim de conhecer as fragilidades existentes.

4.1.2 – Aplicação da avaliação institucional

Para a realização desta etapa, foi disponibilizado o questionário.

4.1.3 - Elaboração do Relatório Final

O relatório final elaborado teve por base toda a produção coletada pela CPA.

4.1.4 - Reuniões de Trabalho da CPA

A partir de julho de 2011 a CPA se reuniu para: (1) discutir a questão da avaliação da educação superior; (2) elaborar o projeto de auto avaliação institucional, os planos de trabalho, os relatórios; (3) planejar ações; (4) decidir sobre estratégias de ações; (5) avaliar ações e redefinir diretrizes e executar todas as atividades que lhe foram atribuídas pela própria legislação.

5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliaram-se a eficácia do planejamento da IES e os procedimentos utilizados na avaliação, especialmente em relação aos resultados e à eficácia do auto avaliação institucional.

6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

A instituição mantém laboratório de informática com 24(vinte e quatro) micros ligados à internet banda larga. Possui rede wireless. Sendo que do resultado da pesquisa restou evidenciado que as instalações físicas, como sala de aula, laboratório e o espaço pedagógico atendem suficientemente os objetivos. Salienta-se que em março de 2012 foi concluída a construção de mais uma sala de aula/auditório com 170mts².

Quanto aos demais itens não há elemento modificativo digno de registro em relação ao ciclo avaliativo de 2011. A apreciação dos discentes foi similar ao resultado da pesquisa anterior.

COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA

Com a reestruturação da *home page* a comunicação interna e externa tornou-se mais eficiente, sendo certo que os acadêmicos também são informados das orientações internas por intermédio dos avisos publicados no mural.

CORPO DOCENTE

Manutenção de regulamento próprio para a contratação de professores, com exigência de experiência profissional na área em que atuam. Sendo que aqueles que estão em pleno exercício de suas atividades mais de 80% (oitenta por cento) possuem experiência de docência de ensino superior há mais de três anos e, destes registra-se número superior a 30% (trinta por cento) com formação *stricto sensu* , sendo que 20% são doutores. Da pesquisa com os discentes restou evidenciado que a maioria dos professores discute o plano de ensino com os estudantes; ministram aulas expositivas interativas e práticas; que os procedimentos de ensino adotados são adequados aos objetivos do curso e, que os instrumentos de avaliação adotados predominante são provas escritas discursivas. Há disponibilidade da maioria dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse.

As condições de trabalho do corpo docente seguem as diretrizes básicas delineadas pelo Sindicato da região e houve implementação do plano de carreira.

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Houve a contratação de mais um atendente (técnico-administrativo) para suprir a demanda do alunado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A FACE ALFOR com a oferta dos três cursos de graduação tem contribuído para o desenvolvimento social da região, promovendo a inclusão da classe menos favorecida economicamente ao ensino superior, ofertando mensalidades escolares mais acessíveis, com programa de descontos e convênios com os municípios, além de bolsas de estudos para acadêmicos de baixa renda.

O Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito desenvolve atividades práticas voltadas para o atendimento da população menos favorecida economicamente nas suas diversas demandas jurídicas. Está bem estruturado, funcionando em local de fácil acessibilidade, com dois professores orientadores, uma secretária (integrante do corpo técnico-administrativo da FACE ALFOR) e com os alunos matriculados a partir do sétimo período.

Como ação afirmativa o Núcleo de Prática Jurídica tem participado de encontros itinerantes, se deslocando às comunidades hipossuficientes, mais distanciadas do Poder Público, com o objetivo de não só levar informações da área jurídica, mas especialmente contribuir para o combate da violência doméstica, com palestras e atividades afins.

PROJETO PEDAGÓGICO:

os projetos pedagógicos de todos os cursos sofreram alteração não só para alinhar a carga horária nos termos das Resoluções ns. 02 e 03/2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mas também vislumbrando a atualização dos conteúdos, bibliografia etc. Todos primam por atividades extracurriculares como forma de integralização da carga horária, bem como apresentação de monografias.

Consta da nova matriz curricular de todos os cursos como componente curricular opcional para o aluno, a disciplina Libras , estando, portanto, em consonância com a descrição do PDI e PPI, bem como foram introduzidas como disciplinas obrigatórias Educação Ambiental e Antropologia.

PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÕES

Mantidos os cursos de pós graduação em Direito e Gestão Socioambiental - Marketing, Recursos Humanos e MBA em Gestão Financeiro e Risco, bem como realizados os cursos na modalidade de extensão, minicursos, palestras em diversas áreas, enfatizando a transdisciplinariedade. Em maio/2012 realizou-se o VI Simpósio Interdisciplinar da FACE ALFOR, com diversas palestras voltadas para os três cursos de graduação.

Em igual período foram efetivadas visitas orientadas para atendimento de demandas específicas de cada curso.

APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO

O apoio pedagógico ao docente e discente é realizado pelos coordenadores de cada curso, não havendo limitações ou vedações ao atendimento, bem como em funcionamento o Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, com atendimento por psicopedagoga. O serviço de Ouvidoria foi ampliado sendo importante veículo de comunicação do público interno e externo desta IES.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Ainda não implementado, todavia, os coordenadores dos cursos alegam fazer acompanhamento pessoal quando promovem encontro com os mesmos.

ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Existe sanitário com as especificações destinada ao atendimento aos portadores de deficiência física e rampa de acesso na entrada da instituição, todavia, inexistente rampa ou elevador de acesso ao primeiro andar e sinalização para deficientes visuais.

CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DOCENTE:

O resultado da pesquisa direcionada ao corpo discente foi similar ao ano anterior, ou seja, para eles a principal contribuição do curso é para aquisição de formação profissional; que percebem que o currículo do curso é integrado e há vinculação entre as disciplinas; bem como o curso contribui amplamente para

atuação ética, com responsabilidade social para a construção de uma sociedade incluyente.

Também, contribui amplamente para a organização, expressão e comunicação do pensamento, o raciocínio lógico, análise crítica, compreensão de processos, tomada de decisão, resolução de problemas no âmbito de sua área de atuação, atuação profissional responsável em relação ao meio ambiente, utilização de procedimentos de metodologia científica e de conhecimentos tecnológicos para a prática da profissão.

7 - FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA

Como este relatório tem o objetivo de subsidiar a regulação e a formulação de políticas educacionais nesta instituição por meio do importante processo interno de avaliação, após os procedimentos de coleta e análise de informações restou evidenciada que as fragilidades apontadas no relatório anterior não foram sanadas, todavia referidas considerações são norteadoras para o estabelecimento de metas, princípios e objetivos institucionais visando o aprimoramento do PPI e PDI e, conseqüentemente o cumprimento de forma sistemática.

Além Paraíba, 20 de Dezembro de 2012.

SEBASTIÃO ALMEIDA MACHADO
Representante do Corpo Discente

JOÃO DE DEUS RIBEIRO
Representante da Sociedade Civil

JOÃO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA JUNIOR
Representante do Corpo Discente

FABRICÍO AMARANTE ROSA
Representante do Corpo Técnico-administrativo